

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

**Correspondência ao Autor**

Nome: Rudá Morais Gandin  
E-mail: rudamgandin@gmail.com  
Instituição: Universidade Federal do Paraná, Brasil

Submetido: 04/11/2019

Aprovado: 08/07/2020

Publicado: 01/06/2021

 10.20396/rho.v21i00.8657394

e-Location: e021027

ISSN: 1676-2584

**Como citar ABNT (NBR 6023):**

GANDIN, R. M.; VIEIRA, A. M. D. P. Cadernos escolares: fragmentos do projeto educacional da rede de viação Paraná-Santa Catarina, na década de 1940. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 21, p. 1-17, 2021. DOI: 10.20396/rho.v21i00.8657394. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8657394>. Acesso em: 1 jun. 2021.

Distribuído Sobre



Checagem Antiplágio



## CADERNOS ESCOLARES: FRAGMENTOS DO PROJETO EDUCACIONAL DA REDE DE VIAÇÃO PARANÁ-SANTA CATARINA, NA DÉCADA DE 1940

  **Rudá Morais Gandin\***

Universidade Federal do Paraná

  **Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira\*\***

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

### RESUMO

Neste trabalho, objetiva-se analisar o caderno de Arlindo Gandin<sup>1</sup>, usado na Escola Profissional Ferroviária em Curitiba, da década de 1940, no contexto da Reforma Capanema. Adotou-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica e documental, com apoio na História Oral. À guisa de conclusão, esse artigo traz reflexões a respeito dos cadernos escolares como objeto de pesquisa em História da Educação, além de analisar o ensino proveniente do projeto educacional implantado na Escola Profissional Ferroviária, surgida em linhas gerais para atender à demanda por mão de obra qualificada das ferrovias da região paranaense.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cadernos escolares. História da educação. História cultural. Cultura material escolar. Escola Profissional Ferroviária.

## **SCHOOL NOTEBOOK: FRAGMENTS FROM THE PARANÁ-SANTA CATARINA TRAVEL NETWORK EDUCATIONAL PROJECT IN THE 1940S**

### **Abstract**

This paper aims to analyze the notebook by Arlindo Gandin, used at the Professional Railway School in Curitiba, from the 1940s, in the context of the Capanema Reform. The methodological procedure adopted was bibliographic and documentary research, based on Oral History. By way of conclusion, this article brings reflections about school notebooks as a research object in the History of Education, as well as analyzing the teaching coming from the educational project implemented at Escola Profissional Ferroviária, which appeared in general to meet the demand for labor railways of the Paraná region.

**Keywords:** School notebooks. History of education. Cultural history. School material culture. Railway Professional School.

## **CUADERNO ESCOLAR: FRAGMENTOS DEL PROYECTO EDUCATIVO DE LA RED DE VIAJES DE PARANÁ-SANTA CATARINA EN LOS AÑOS 40**

### **Resumen**

Este documento tiene como objetivo analizar el cuaderno de notas de Arlindo Gandin, utilizado en la Escuela Profesional de Ferrocarriles de Curitiba, desde la década de 1940, en el contexto de la Reforma de Capanema. El procedimiento metodológico adoptado fue la investigación bibliográfica y documental, basada en la historia oral. A modo de conclusión, este artículo trae reflexiones sobre los cuadernos escolares como objeto de investigación en la Historia de la Educación, así como también analiza la enseñanza proveniente del proyecto educativo implementado en la Escola Profissional Ferroviária, que apareció en general para satisfacer la demanda de mano de obra ferrocarriles de la región de Paraná.

**Palabras clave:** Cuadernos escolares. Historia de la educación. Historia cultural. Cultura material escolar. Escuela Profesional Ferroviaria.

## INTRODUÇÃO

As pesquisas com cadernos escolares acabam, na maior parte dos casos, tornando-se uma porta privilegiada de entrada ao dia a dia das instituições de ensino. Ao tomar como escopo a sala de aula, na qual se vislumbra uma cultura ordinária, no sentido atribuído por Certeau (2014), em que “as maneiras de fazer” diversificam-se nas práticas dissipadas do cotidiano, Escolano Benito (2017) convida a pensar na indispensabilidade de inserção nessa trivialidade, onde se escondem as justificações de professores e alunos quanto às metodologias adotadas e/ou pouco utilizadas; os conteúdos estudados e/ou negligenciados; a organização do espaço e tempo empreendidos.

Interpretar essas realidades forjadas segundo maneiras muito específicas de vivenciar o ambiente escolar torna-se um desafio no âmbito da história da educação, grifado pela complexidade que, guardadas as devidas proporções, pode trazer à tona o retrato de um determinado período. Essa ação de decompor o tempo decorrido, como característica de todo o trabalho histórico, deve encontrar eco no comportamento segundo o qual a tarefa do historiador é ocupar-se em compreender e fazer compreender. (BLOCH, 2001). Assim, o papel da história estaria imbuído de “[...] conhecer a realidade tal como é e não supor como deveria ser, para então compreendê-la e interpretá-la.” (ABREU JUNIOR, 2005, p. 162).

Há para este trabalho uma consideração preliminar importante a ser feita no que se refere ao caráter do caderno escolar, que ganha neste texto *status* de documento. Em torno disso, analisa-se que as mudanças em relação ao ensino sucedidas ao longo do tempo, fruto da dinâmica social na qual aspectos políticos, econômicos e culturais circundam a vida cotidiana, dificilmente podem ser refletidas longe dos documentos, os quais consistem em “[...] testemunhos do pensamento e da atividade do homem.” (MENESES, 1980, p. 2). Esses documentos, muitas vezes ocultados por obra da ação humana, abrigam o retrato das relações presentes de um determinado período, por meio do qual expressam projetos de mundo. Nesse sentido, os documentos definem-se enquanto

[...] suporte da informação relevante, daquela informação que me ensina algo sobre os mecanismos por intermédio dos quais uma sociedade se organiza a si própria, age e, sobretudo, se transforma. Sociedade como produto da ação humana e, portanto, as formas segundo as quais o homem continuamente cria e recria sua realidade: documento, essencialmente, é apenas o que me permite chegar a esse conhecimento. (MENESES, 1980, p. 7).

Para Meneses (1980), o suporte dessa informação configura-se num objeto que “[...] é sempre repositório de uma informação sobre relações entre os homens.” Desse modo, “[...] pode-se considerar o artefato, o objeto, como uma espécie de resíduo físico das relações sociais.” (MENESES, 1980, p. 7-8). Na mesma esteira, Souza (2007, p. 169) define os artefatos como “[...] produtos do trabalho humano [...]”, que exprimem duas facetas, sendo a primeira relacionada a uma função primária, estipulada enquanto “[...] utilidade prática [...]”; e a segunda relativa ao exercício de funções secundárias, “[...] isto é, simbólicas.” Nas

palavras da autora, “[...] significa considerar que os artefatos são indicadores de relações sociais e como parte da cultura material.” (SOUZA, 2007, p. 169).

Quando se cogitou a realização desse trabalho, uma das questões apresentadas como pertinente e a ser melhor observada referiu-se à impossibilidade de “[...] pensar a escola, seus saberes e práticas, descolada de sua dimensão material [...]” (PERES; SOUZA, 2011, p. 56), o que acabou forçando a entrada ao mundo dos objetos, quer dizer, dos artefatos, cuja análise “[...] das práticas empreendidas com esses (e através desses) objetos, que precisam ser investigados [...] sem se deixar cair na tentação da interpretação objetiva [...]” (ABREU JUNIOR, 2005, p. 146), situam-se no domínio da cultura material escolar, embora seja relativamente recente o uso desse termo no campo educacional, no qual seu emprego decorreu da influência dos estudos a respeito da cultura escolar, provocados em grande parte pela renovação oriunda da Nova História Cultural. (SOUZA, 2007).

Sobre cultura material escolar, a despeito das dificuldades que podem vir a ser a definição desse termo, segue-se para esse estudo o entendimento dado por Peres e Souza (2011), “[...] como conjunto dos artefatos materiais em circulação e uso nas escolas, mediados pela relação pedagógica, que é intrinsecamente humana, revelador da dimensão social.” (PERES; SOUZA, 2011, p. 56). Nesse sentido é que se inserem as pesquisas voltadas aos cadernos escolares, que, por sua vez, possibilitam refletir aspectos da cultura de cada escola, o que evidencia, por meio dos seus usos, as práticas e as concepções pedagógicas, a maneira pela qual a escola organiza seus horários e espaços, e, ainda, os aspectos das relações entre professores e alunos no interior das salas de aula.

O interesse em torno dessa pesquisa justifica-se pelo encontro inusitado do caderno de Arlindo Gandin. Filho de imigrante italiano com uma brasileira, Arlindo Gandin nasceu em Porto Amazonas, Paraná, no ano de 1931. Quando mais jovem, muda-se para Curitiba, onde começa a morar com suas tias e a frequentar a Escola Profissional Ferroviária Coronel Durival Britto e Silva, nos anos de 1947 e 1948. Estima-se que Arlindo Gandin tinha de 16 a 17 anos quando utilizou o caderno. Nesse período, o Brasil situava-se sob o Estado Novo e testemunhava no âmbito da educação a instauração da Reforma Capanema.

Esse caderno, encontrado pelo filho de Arlindo Gandin, passa a ser, agora, objeto de estudo desse artigo, que tem como objetivos da pesquisa: apresentar o quadro teórico a respeito dos cadernos escolares; analisar a legislação no âmbito do ensino industrial, promovido pela Reforma Capanema; e promover uma análise, por meio do caderno, do projeto educacional da Escola Profissional Ferroviária na região de Curitiba, no Paraná, na década de 1940. O recorte histórico, portanto, corresponde ao período entre 1940 a 1950, quando ocorre a instauração da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina e a fundação da Escola Profissional Ferroviária Coronel Durival Britto e Silva.

Como procedimento metodológico, atentou-se a três dimensões analíticas discutidas por Abreu Junior (2005): a materialidade, a tecnologia e a intencionalidade. Para o autor, a materialidade estaria ligada à constituição de um suporte que ocupa um espaço em

determinado tempo, o que contribuiria para contextualizar as práticas em seus “continentes materiais”. A tecnologia estaria ligada aos “[...] conhecimentos, habilidades e procedimentos envolvidos na aplicação e utilização dos materiais [...]”, e, por último, a intencionalidade seria o “[...] sentido, a orientação, a especificidade; enfim, a significação do contexto analisado, indagando: Em que âmbito, com qual amplitude e repercussão se inserem as práticas escolares no contexto histórico e social?” (ABREU JUNIOR, 2005, p. 158-159). Metodologicamente, esse trabalho apoiou-se em pesquisa bibliográfica e em pesquisa documental. Além disso, utilizou-se a pesquisa de campo, por meio da metodologia empregada em História Oral, que “[...] admite a realização de entrevistas temáticas [...]”, as quais “[...] dizem respeito à participação do entrevistado no tema escolhido.” (VIEIRA, 2015, p. 372). Atentou-se, também, aos cuidados relacionados aos aspectos éticos em entrevistas, mencionados no trabalho de Vieira e Küster (2018), a respeito da história oral, os quais se referem à devolutiva dos dados produzidos ao entrevistado, bem como ao consentimento e ao aceite do entrevistado para que seu depoimento fosse usado na pesquisa. Ademais, é importante sublinhar que a entrevista realizada para essa pesquisa se deu com o filho de Arlindo Gandin, dono do caderno ora estudado.

Sobre a História Oral, vale destacar, fundamentando-se no debate promovido por Aragão, Timm e Kreutz (2013), em que se discute o uso da História Oral como metodologia correspondente aos estudos relacionados à cultura escolar, que o seu emprego aparece “[...] como um caminho metodológico capaz de dar voz aos sujeitos – protagonistas ou testemunhas de acontecimentos – e que possibilita a reconstrução da história por meio dos relatos individuais ou coletivos.” (ARAGÃO; TIMM; KREUTZ, 2013, p. 35). Em síntese, a opção pela História Oral para este trabalho situa-se na sua contribuição em ajudar a compreender o passado, por meio dos sujeitos que dele, de algum modo, participaram.

O estudo encontra-se dividido em duas seções: a primeira, propondo-se discutir a importância e o conceito dos cadernos escolares no âmbito da história da educação; e a segunda, propondo-se refletir sobre o contexto político e educacional do país na década de 40, bem como a legislação educacional relativa à Reforma Capanema, mais especificamente ao Ensino Industrial. Também se apresentam algumas análises a respeito do caderno encontrado, no tocante à proposta para o ensino das instituições de ensino profissional ferroviárias, com o apoio da legislação educacional encontrada e a entrevista concedida pelo filho de Arlindo Gandin. No fim, à guisa de conclusão, busca-se refletir sobre como os cadernos configuraram-se enquanto fonte histórica, como bem analisa Viñao-Frago (2008). Também se busca compreender o projeto educacional em curso na Escola Profissional Ferroviária na época surgida em linhas gerais para atender à demanda por mão de obra qualificada das ferrovias da região paranaense.

## CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS SOBRE OS CADERNOS ESCOLARES

A escola pode ser identificada pelas diferentes tonalidades de vozes que tomam seus corredores, encurtando as tentativas de olhá-la enquanto espaço insípido, destinado à reprodução das relações econômicas e sociais por vezes latentes fora de seus muros. Há quem ainda suspeite da existência de uma apatia frente às tentativas homogeneizadoras de imprimir um modo absoluto de ser e agir dentro da sala de aula. Contudo, pesquisas com cadernos escolares, como a de Oliveira (2008), mostram como as crianças, mesmo numa determinada turma, sob um mesmo currículo, diferenciam-se em suas produções, pondo, como diz a autora, a marca de sua individualidade, seus estilos e suas preferências. Assim, esse tipo de estudo revela não só traços do comportamento escolar das crianças ou dos jovens, e de suas relações com a escola e seus conteúdos (OLIVEIRA, 2008), mas, também, revelam os cadernos como um artefato produtor de saberes e não apenas como meros transmissores. (GVIRTZ; LARRONDO, 2008).

Dos cadernos escolares emergem informações sobre isso tudo: a escola no seu existir cotidiano, os sujeitos em seus processos de aprendizagem e de formação, as relações entre sujeitos, processos cotidianos, normas educacionais, reformas, prescrições curriculares e as redes tecidas com esse material. (OLIVEIRA, 2008, p. 142).

Num estudo feito por Cordova (2016), é interessante observar como as orientações voltadas ao ensino e à aprendizagem inscritas nos documentos legais, que regulam as instituições de ensino, acabam sofrendo apropriações das mais distintas de seus consumidores. Os cadernos escolares configuram-se, segundo a autora, em um recurso para compreender essas relações “[...] que se estabelecem entre o currículo prescrito, a prática pedagógica e os usos que se faz deste material didático.” (CORDOVA, 2016, p. 223). Nesse sentido, os cadernos tomam forma enquanto instrumentos capazes de expandir reflexões e análises a partir de dentro das salas de aula e do ambiente escolar, em que se preconiza a transferência do “conhecimento poderoso”, o qual se refere, de acordo com Young (2007), a um conjunto de conhecimentos que fornecem “[...] explicações confiáveis ou novas formas de se pensar a respeito do mundo.” (YOUNG, 2007, p. 1294). Além disso, os cadernos podem ampliar o nível de compreensão dos pormenores relativos ao cotidiano escolar. Ainda a esse respeito, não é demais considerar que

[...] os cadernos como documento oportunizam problematizar a instituição escolar e o seu cotidiano, uma vez que configuram importantes dispositivos para conhecer os autores bem como sua rede de relações, seu modo de expressar conhecimentos, sentimentos, enfim, suas subjetividades. (CORDOVA, 2016, p. 223).

Outra questão a ser discutida em relação aos cadernos reside no fato de que apesar de constituírem em vestígios de um determinado período, eles guardam similitudes que atravessam o tempo, porque, sobretudo, como produto da escola, “[...] o caderno é um produto da cultura escolar [...]”, isto é, “[...] de uma forma determinada de organizar o trabalho em sala de aula, de ensinar e aprender, de introduzir os alunos no mundo dos saberes

acadêmicos e dos ritmos, regras e pautas escolares.” (VIÑAO-FRAGO, 2008, p. 22). Por meio dos cadernos também é possível presenciar as expressões subjetivas de crianças e de adolescentes. Essas subjetividades, em boa parte dos casos, identificam-se com a extensão não apenas das cores de caneta, mas, também, dos recados de amigos e/ou familiares, declarações de amor, receitas culinárias, poesias, além, é claro, das apropriações feitas em relação aos conteúdos ensinados pelos professores.

No tocante aos professores, sua ação, embora esteja presente nos cadernos por meio das correções, dos ditados e dos escritos no quadro, geralmente cheios de anotações, lições e tarefas, há situações invisíveis quanto à atuação dos docentes, as quais dificilmente constarão nos cadernos. A esse respeito, Viñao-Frago (2008, p. 25) adverte, quanto à pesquisa com cadernos, que estes

[...] não dizem nada sobre as intervenções orais ou gestuais do professor e dos alunos, sobre seu peso e o modo como ocorrem e se manifestam, sobre o ambiente ou clima da sala de aula, sobre as atividades que não deixam pistas escritas ou de outro tipo, como os exercícios de leitura (a leitura em voz alta, por exemplo) e todo o mundo do oral.

O uso dos cadernos escolares em pesquisas, no âmbito da história da educação, de acordo com o entendimento segundo o qual são tomados como documento, isto é, “[...] um meio ou suporte físico através do qual se podem visualizar certos conteúdos [...]”, acaba sustentando análises em torno dos cadernos, unicamente, enquanto reflexo das atividades escolares, ou seja, “[...] como sua memória neutra.” (GVIRTZ; LARRONDO, 2008, p. 38). Todavia, como bem examinam Gvirtz e Larrondo (2008, p. 38), “[...] o suporte não é neutro.” Para os autores, faz-se necessário, para “[...] uma aproximação não ingênua dos efeitos do caderno [...], abordar seu estudo, considerando-o produtor de efeitos, operador ou dispositivo escolar.” (GVIRTZ; LARRONDO, 2008, p. 38). Nessa perspectiva, entende-se “[...] o caderno como produto de uma instituição específica [...]” que “[...] transforma os saberes, valores ou ideologias em ‘outra coisa’. Portanto, dificilmente o que é produzido na escola pode ser, em si mesmo, uma fonte neutra.” (GVIRTZ; LARRONDO, 2008, p. 38).

## **O CADERNO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL FERROVIÁRIA**

O proprietário do caderno, Arlindo Gandin, gozava dos seus 16 anos no momento em que frequentava o curso de eletricista da Escola Profissional Ferroviária Coronel Durival Britto Silva, em 1947, na cidade de Curitiba. Anexada à estrada de ferro, cuja administração era feita pela empresa estatal Rede de Viação Paraná-Santa Catarina (RVPS), essa escola encontra-se, hoje, municipalizada e oferta o ensino fundamental, anos iniciais, à população local.

A história dessa escola origina-se a partir do Decreto-Lei nº 4.746, de 25 de setembro de 1942, que instituiu a RVPS, a qual, em linhas gerais, aparece como solução frente à baixa capacidade de funcionamento das ferrovias paranaenses. Desse modo, o governo da União

acabou transformando as estradas de ferro existentes numa única rede, na condição de autarquias. (PETUBA, 2014). Nesse Decreto, determina-se que a RVPSC promova “[...] a formação do pessoal necessário aos serviços, por meio de seleção adequada e instrução profissional, como também o aperfeiçoamento técnico e funcional dos empregados.” (BRASIL, 1942b).

No início do mesmo ano de 1942, ocorre a implantação, pelo então Ministro da Educação, Gustavo Capanema, das reformas de ensino. Essas reformas, embora iniciadas sob o governo Vargas, em 1942, estendem-se até 1946, sob o Governo Provisório, e ganham o nome de Leis Orgânicas do Ensino. Dentre essas leis, destaca-se para esse estudo a Lei Orgânica do Ensino Industrial, instituída pelo Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, que compunha a estrutura do ensino técnico profissional do período. Essa lei, em seu art. 1º, anuncia que o ensino industrial destinar-se-ia “[...] à preparação profissional dos trabalhadores da indústria e das atividades artesanais, e ainda dos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca.” (BRASIL, 1942a). Nesse sentido, seu art. 3º preconizava atender:

1. Aos interesses do trabalhador, realizando a sua preparação profissional e a sua formação humana.
2. Aos interesses das empresas, nutrindo-as, segundo as suas necessidades crescentes e mutáveis, de suficiente e adequada mão de obra.
3. Aos interesses da nação, promovendo continuamente a mobilização de eficientes construtores de sua economia e cultura. (BRASIL, 1942a).

Constata-se, com base nesse excerto da legislação do ensino industrial, um interesse voltado à formação dos trabalhadores, cuja preparação profissional e também humana deveriam, no entanto, estar à mercê da promoção dos interesses de um determinado projeto de nação. Ademais, em relação ao preparo profissional do trabalhador, o art. 4º definia como objetivo:

1. Formar profissionais aptos ao exercício de ofícios e técnicas nas atividades industriais.
2. Dar a trabalhadores jovens e adultos da indústria, não diplomados ou habilitados, uma qualificação profissional que lhes aumente a eficiência e a produtividade.
3. Aperfeiçoar ou especializar os conhecimentos e capacidades de trabalhadores diplomados ou habilitados.
4. Divulgar conhecimentos de atualidades técnicas. (BRASIL, 1942a).

Nota-se que o preparo contido na lei acima quanto à formação dos trabalhadores aponta para a necessidade de aumento da mão de obra especializada e do aumento da produtividade do país. Imagina-se, portanto, que o ingresso da população às escolas profissionais ocorra no intuito de que esta ocupe funções na indústria, sobretudo munida de conhecimentos técnicos atualizados que lhe propiciem aumento de sua eficiência.

É importante realçar também o art. 5º do Decreto, que tratava dos princípios fundamentais do ensino industrial:



1. Os ofícios e técnicas deverão ser ensinados, nos cursos de formação profissional, com os processos de sua exata execução prática, e também com os conhecimentos teóricos que lhes sejam relativos. Ensino prático e ensino teórico apoiar-se-ão sempre um no outro.
2. A adaptabilidade profissional futura dos trabalhadores deverá ser salvaguardada, para o que se evitará, na formação profissional, a especialização prematura ou excessiva.
3. No currículo de toda formação profissional, incluir-se-ão disciplinas de cultura geral e práticas educativas, que concorram para acentuar e elevar o valor humano do trabalhador.
4. Os estabelecimentos de ensino industrial deverão oferecer aos trabalhadores, tenham eles ou não recebido formação profissional, possibilidade de desenvolver seus conhecimentos técnicos ou de adquirir uma qualificação profissional conveniente.
5. O direito de ingressar nos cursos industriais é igual para homens e mulheres. A estas, porém, não se permitirá, nos estabelecimentos de ensino industrial, trabalho que sob o ponto de vista da saúde, não lhes seja adequado. (BRASIL, 1942a).

Observa-se, com essa legislação, algumas questões importantes relacionadas ao momento em que vivia o país, a saber, “[...] o incremento do processo de industrialização e a ação de um Estado interventor e decisório, em especial durante o contexto denominado ‘Estado Novo’ pelo próprio governo.” (MACHADO, 2012, p. 100). Assim, é possível notar no Decreto-Lei que institui o ensino industrial uma preocupação com a formação dos trabalhadores, a fim de atender a uma demanda política de industrialização do país. A criação da Escola Profissional Ferroviária, na qual Arlindo Gandin estudou, parece situar-se no âmago desse projeto urbanizador e industrializador da época, o qual, segundo Machado (2012), destaca-se pelos interesses das empresas em se beneficiar com a garantia de uma mão de obra bem preparada.

Em 1943, Getúlio Vargas, com seus ministros da Educação, Gustavo Capanema, e dos Transportes, João de Mendonça Lima, emitem o Decreto-Lei nº 5.607, de 22 de junho de 1943, que cria, em cada uma das estradas de ferro administradas pela União, o Serviço de Ensino e Orientação Profissional (S.E.O.P). Com isso, o diretor da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, o Coronel Durival Britto e Silva, empreende a construção de três escolas, além da localizada em Curitiba, sendo uma em Ponta Grossa, no Paraná, e outra em Mafra, no estado de Santa Catarina, todas, a princípio, imbuídas do objetivo de formar quadros qualificados para trabalharem na ferrovia.

Ao ser indagado a respeito de como seu pai iniciou os estudos na Escola Profissional Ferroviária, o entrevistado afirmou suspeitar do incentivo das suas tias, uma vez que seu pai veio a morar com elas aqui em Curitiba, deixando sua cidade natal, Porto Amazonas, no Paraná, para trás. O entrevistado relatou também que o ingresso de Arlindo Gandin nessa escola deu-se por meio de teste seletivo. A esse respeito, é possível confirmar o relato pelo Decreto nº 12.674, de 22 de junho de 1943, no qual se regulamentavam os Cursos de Formação e Aperfeiçoamento das Estradas de Ferro administradas pela União, pois consta

que só serão admitidas matrículas aos candidatos que possuírem como requisito “[...] aptidões físicas e mentais verificadas por processos de seleção profissional.” (BRASIL, 1943b).

O caderno de Arlindo Gandin, conforme sugere a capa, destinava-se à disciplina de português, do 1º ano, e, ao mesmo tempo, do 2º ano, de 1947. O caderno acha-se com sinais amarelados e visivelmente desgastado nas bordas laterais. Ele está emendado com fitas adesivas e contém 24 cm de altura e 16 cm de largura, possuindo 23 folhas. No interior do caderno, observam-se algumas manchas e as atividades escolares aparecem escritas com cor azul. Conforme vai sendo folhado, também é possível saber em qual escola Arlindo estudava, que é a já mencionada nesse início de seção, a Escola Profissional Ferroviária Coronel Durival Britto, localizada na cidade de Curitiba, no Paraná. Outra informação que aparece juntamente ao nome da escola é o uso do caderno para o 3º ano, em 1948. Ou seja, ao que tudo indica, ele foi utilizado pelo período de dois anos, não sendo possível verificar, contudo, a frequência do seu uso diário, visto que nele não constam os dias ou meses de cada anotação. Dito isso, a impressão que fica é a de que se tratava de um caderno esporádico, isto é, usado uma vez ou outra. Em síntese, a ausência de datas no caderno impede afirmar-se que as atividades nele inseridas obedeciam a uma ordem cronológica, o que leva a deduzir que nem todo o conteúdo trabalhado no ano constava no caderno. Imagina-se, por consequência, haver outros cadernos do mesmo período e também da mesma disciplina.

Ao examinar o caderno de Arlindo Gandin, a primeira inquietação se dá quanto ao material utilizado pelo autor na escrita dos conteúdos escolares. Diferentemente de hoje, em que se costuma utilizar a caneta estereográfica de cor azul ou preta e lápis grafite, no uso diário dos cadernos em sala de aula, Razzini (2008) mostra que, no Brasil, permaneceu-se até a década de 1960, nas escolas, o uso da caneta de madeira com pena metálica. Presume-se, portanto, que o caderno foi escrito com esse material. Para corroborar o entendimento acima, pode-se recorrer também à entrevista, a qual será daqui em diante objeto integrante das análises desse caderno, concedida pelo filho de Arlindo Gandin, que rememorando a respeito desse assunto, afirma que seu pai “[...] usava aquelas canetas de pena” (ENTREVISTADO, 2019).

Logo no início, consta no caderno o escrito de um conjunto de normas gramaticais da língua portuguesa. Nas duas primeiras folhas, por exemplo, constam atividades de “flexão genéricas”, “flexão numéricas”, “regras de acentuação gráfica”. Em seguida, nota-se, no entanto, a letra de uma música intitulada *Pelo Brasil, canção dos alunos da escola profissional ferroviária Col. Durival Britto*, na qual contém enunciados exaltando o país. A esse respeito, pode-se dizer que o espírito nacionalista enquanto política da época, na qual pressupõe a exaltação e a integração do país, mostrava-se presente no meio escolar. A título de exemplo, segue uma parte da canção redigida no caderno:

Brasil, teu nome é exaltado  
De norte a sul, de leste a oeste,  
Em cada feito sublimado,

Que de civismo se reveste,  
Entoando um hino a esta escola  
Nosso peito juvenil  
Sente gratidão imensa  
E confirma a sua crença  
Na grandeza do Brasil. (GANDIN, 1947).

Logo depois dessa canção, surge uma “correção de frases”, acompanhada do subtítulo “aplicações gramaticais”, o que passa a impressão de ser uma atividade na qual o professor fez algum tipo de revisão. Esse tipo de “correções” é visto em outras folhas do caderno. Há uma situação, por exemplo, em que algumas palavras aparecem riscadas, a saber: as que supostamente estão escritas erradas, e, no intuito de corrigir as frases, acima dessas palavras aparecem outras, como se as erradas tivessem sido substituídas.

A disciplina de português compunha as disciplinas denominadas “preparo geral”. De acordo com o Regulamento de 22 de junho de 1943, os cursos de formação, os quais eram divididos em duas seções: “Formação de Aprendizes” e “Formação de Praticantes de Tráfego” (BRASIL, 1943b), deveriam se estruturar em duas partes: a primeira dedicada ao “ensino teórico e práticas educativas”, e a segunda, à “aprendizagem de ofício” ou “aprendizagem do serviço”. Essa última referia-se à segunda parte do curso de “formação de praticantes de tráfego” (BRASIL, 1943b). Quanto à primeira parte, ambos os cursos deveriam oferecer.

Em relação ao curso de “Formação de aprendizes”, o qual parece ter sido frequentado por Arlindo Gandin, prescrevia-se a instrução para os seguintes ofícios: “[...] ajustadores, operadores mecânicos (torneiros, aplainadores, fresadores), caldeiros, ferreiros, soldadores, modeladores, fundidores, eletricitas, carpinteiros e marceneiros.” (BRASIL, 1943b). Na primeira parte, que se tratava do “Ensino Teórico e Práticas Educativas”, ministravam-se as seguintes disciplinas: português, matemática e higiene, além das disciplinas ligadas às “Práticas Educativas” (BRASIL, 1943b), que seriam: educação física e educação cívica. Por último, estariam as disciplinas ligadas ao aprendizado do ofício, que seriam, também, do preparo técnico: desenho, física e mecânica, eletricidade e tecnologia.

O filho de Arlindo Gandin, numa parte da entrevista, relata que seu pai fora eletricitista. (ENTREVISTADO, 2019). Diz ele: “[...] meu pai era eletricitista [...] e foi chefe de seção dentro da rede [...] então ele fazia a parte de eletricidade e tal [...] era ferroviária, trabalhava na rede [...] a profissão dele era eletricitista.” (ENTREVISTADO, 2019). Esse depoimento corresponde ao estudo aqui empreendido em torno da legislação supracitada. Pode-se dizer, assim, que Arlindo Gandin ingressou nessa escola profissional munido do objetivo de formar-se para ocupar um emprego, uma vez que a empresa RVPSC, responsável pela escola, aventava profissionalizar e formar seus próprios quadros.

Em outro momento da entrevista, o filho de Arlindo Gandin lembra que seu pai ganhava alguma espécie de ajuda financeira da escola (ENTREVISTADO, 2019). De fato, aos alunos matriculados nos Cursos de Formação eram pagas diárias com os seguintes

valores: “1.º ano – Cr\$ 1,00; 2.º ano – Cr\$ 2,00; 3.º ano – Cr\$ 3,00; 4.º ano – Cr\$ 4,00.” (BRASIL, 1943b). Outro fato interessante refere-se ao tempo do curso, feito pelo dono do caderno. Na capa e no seu interior, é possível notar que esse artefato parece ter servido por pelo menos três anos à disciplina de português e também ao ensino do canto orfeônico, o que não é estranho, já que os cursos teriam duração de dois, três ou quatro anos, e estariam localizados junto às oficinas e aos depósitos ou até mesmo nos centros de maior concentração ferroviária, conforme anuncia o Regulamento de 22 de junho de 1943. Não à toa, a Escola Profissional Durival Britto e Silva localizava-se anexada à estrada de ferro, no bairro Cajuru, em Curitiba. Ainda, a respeito da organização e do tempo dos cursos, esse regulamento diz que poderia haver reestruturação dos cursos “[...] quer pelo desdobramento das secções instituídas, quer pela criação das secções que porventura vieram a tornar-se necessárias [...]” (BRASIL, 1943b), mediante proposta do Diretor da Estrada. Isso posto, pode-se levantar algumas suposições a respeito das disciplinas e do tempo que de fato levou o dono do caderno a concluir seu curso.

Na folha, após uma das atividades destinadas a “correções”, volta a surgir uma canção, agora denominada de *Canção do Expedicionário*, comprovando que além da disciplina de português, Arlindo Gandin usou o caderno ao ensino do canto orfeônico também, embora no Regulamento de 22 de junho de 1943 nada constava quanto à promoção dessa disciplina. Na lei do Ensino Industrial, contudo, determina-se que as “Práticas Educativas”, aos alunos matriculados nos cursos industriais, de mestría e nos cursos técnicos, devem se constituir disciplinas obrigatórias. Diz o Decreto-Lei:

Art. 26. Os alunos regulares dos cursos mencionados no capítulo anterior serão obrigados às práticas educativas seguintes:

- a) educação física, obrigatória até a idade de vinte e um anos, e que será ministrada de acordo com as condições de idade, sexo o trabalho de cada aluno;
- b) educação musical, obrigatória até a idade de dezoito anos, e que será dada por meio de aulas e exercícios do canto orfeônico. (BRASIL, 1942a).

O trabalho de Lemos Júnior (2011) a respeito do canto orfeônico na escola secundária brasileira traz algumas reflexões importantes em torno da inclusão dessa disciplina na educação, em especial nas décadas de 30 e 40. Para esse autor, uma das bandeiras do governo Vargas consistia na afirmação de uma nação. Nessa perspectiva, a música constituiu-se numa “[...] ferramenta poderosa a favor de uma unificação artística, musical e política.” (LEMOS JÚNIOR, 2011, p. 280). Assim, embora a música ocupasse um espaço importante sobre a educação, proporcionando um despertar à cidadania, essa

[...] finalidade educativa da Música, mais tarde iria ao encontro da política nacionalista de Getúlio Vargas que desde o início de seu governo, buscou uma centralização do poder, lutando contra a política regionalista praticada durante a Primeira República. (LEMOS JÚNIOR, 2011, p. 280).

Portanto, o canto orfeônico no caderno encontrado explicitava muito mais que a realização de uma determinada disciplina, mas a implementação, por meio da música, de uma ideologia sustentada pelo regime do período.

Nas folhas seguintes do caderno, observa-se a continuação de conteúdos ligados à língua portuguesa, como conjugação de verbos, complementos do predicado, análise lógica, até se chegar à folha na qual se vislumbra uma divisão, entre o escrito até aqui, do ano de 1947, e o ano de 1948, em que se imagina que o aluno começou seu 3º ano do curso de eletricista. Na entrevista feita com o filho do dono do caderno, muito se falou da existência de outros artefatos que seu pai guardava, o que denota que esse caderno deva ser apenas um dos outros tantos usados para a escola.

Na última parte do caderno, observou-se a escrita de um determinado ditado. Diferente do que se viu até aqui, esse pequeno texto foi escrito a lápis e localizava-se na última folha do caderno, como que esse conteúdo houvesse sido escrito à margem das finalidades a que ele se propunha. Nesse ditado, continha o seguinte título: *O segundo império*. Nele, retrata-se o segundo império como a “época das verdadeiras liberdades” (GANDIN, 1947), além de considerar que nunca houvera presidente mais democrático na América Latina. Em síntese, trata-se de um texto elogiando o imperador Dom Pedro II. Nesse trecho da folha não há mais comentários, o que impossibilita analisar em que contexto se deu essa produção, se era alguma disciplina ou uma percepção do aluno Arlindo Gandin.

Enfim, o caderno apresenta-se todo preenchido, tendo apenas uma folha em branco, a penúltima, seguida do texto acima acerca do Imperador.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho com cadernos escolares, enquanto fonte histórica, possibilitou, nesse caso, adentrar ao passado da Escola Profissional Ferroviária localizada em Curitiba, no Paraná. A partir disso, vislumbraram-se aspectos da legislação educacional, como a Reforma Capanema, nos anos de 1940, como ponto de inflexão à elaboração de projetos educacionais que intentavam formar mão de obra qualificada, uma vez que o país se encontrava sob um processo de industrialização e urbanização.

Com o estudo do caderno de Arlindo Gandin, apoiado na entrevista de seu filho, foi possível levantar uma série de reflexões acerca de fragmentos do projeto educacional em curso empreendido pela empresa estatal Rede de Viação Paraná-Santa Catarina (RVPS). Uma delas, evidenciada no caderno, consiste no ensino da disciplina de português, a qual, segundo pode-se notar, objetivava transferir um tipo de conteúdo desse campo do conhecimento aparentemente robusto. Além disso, pode-se notar também que as atividades sofriam correções recorrentes, ainda que não tenha sido possível constatar bem ao certo quando ocorriam, uma vez que no caderno não havia menções de datas ou horários de suas anotações. Ou seja, é possível deduzir a presença do professor no dia a dia da sala de aula

em relação ao acompanhamento daquilo que os alunos faziam. Outra disciplina observada no caderno de Arlindo Gandin, a qual serviu como instrumento de inculcação do espírito nacionalista da época e da implementação da ideologia do regime, refere-se à música, isto é, ao ensino do “canto orfeônico”.

As legislações trabalhadas nesse artigo denotam também, como já mencionado anteriormente, a articulação e a preocupação do Estado Novo com a qualificação dos trabalhadores, não à toa que Arlindo Gandin parece ter se tornado eletricitista e trabalhado na estrada de ferro em razão do curso que fez na Escola Profissional Ferroviária. Os decretos-leis aqui estudados, em que um deles determina um valor como ajuda de custo aos frequentes dos cursos, sugere também a preocupação em garantir a permanência desses estudantes e a sua conclusão, num claro ensejo de que esses venham a ocupar logo suas funções nas ferrovias.

A história da educação parece ainda guardar uma lacuna a respeito dos desdobramentos do projeto educacional instaurado juntamente às ferrovias, que inclusive foram objeto de legislações específicas, como se pode ver durante este trabalho, a fim de atender a uma demanda política e econômica do período. Caberia investigar, portanto, quais ideias pedagógicas estavam imbricadas nesse projeto e quem eram seus interlocutores. Os limites desse trabalho não possibilitaram averiguar essas questões, porém, permitiram analisar alguns fragmentos dessa empreitada contidos no caderno.

## REFERÊNCIAS

ABREU JUNIOR, L. de. M. Apontamentos para uma metodologia em cultura material escolar. **Pro-Posições**, v. 16, n. I (46), jan./abr. 2005. Disponível em: [https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2297/46-dossie-abreujuniorlm\\_.pdf](https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2297/46-dossie-abreujuniorlm_.pdf). Acesso em: 20 set. 2019.

ARAGÃO, M.; TIMM, J. W.; KREUTZ, L. A história oral e suas contribuições para o estudo das culturas escolares. **Conjectura: Filos. Educ.**, Caxias do Sul, v. 18, n. 2, p. 28-41, maio/ago. 2013. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/1900>. Acesso em: 6 out. 2019.

BLOCH, M. **Apologia da história, ou, o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. **Decreto nº 12.674, de 22 de junho de 1943**. 1943b. Aprova o Regulamento dos Cursos de Formação e Aperfeiçoamento das Estradas de Ferro Administradas pela União, instituídos pelo Decreto-Lei nº 5.607, de 22 de junho de 1943. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-12674-22-junho-1943-469051-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 out. 2019.

BRASIL. **Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942.** 1942a. Lei orgânica do ensino industrial. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 24 out. 2019.

BRASIL. **Decreto-lei nº 4.746, de 25 de setembro de 1942.** 1942b. Institui, com personalidade própria de natureza autárquica a Rede de Viação Paraná-Santa Catarina e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4746-25-setembro-1942-414822-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 23 out. de 2019.

BRASIL. **Decreto-lei nº 5.607, de 22 de junho de 1943.** 1943a. Dispõe sobre a organização de Serviços de Ensino e Orientação Profissional nas Estradas de Ferro Administradas pela União, e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5607-22-junho-1943-415719-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 out. 2019.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CORDOVA, T. Redações, cartas e composições livres: o caderno escolar como objeto da cultura material da escola (LAGES/SC - 1935). **Hist. Educ.** (Online), Porto Alegre, v. 20, n. 49, p. 209-226, maio/ago. 2016, Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/heduc/v20n49/2236-3459-heduc-20-49-00209.pdf>. Acesso em: 03 out. 2019.

ESCOLANO BENITO, A. **A escola como cultura: experiências, memória e arqueologia.** Campinas, SP: Alínea, 2017.

GANDIN, A. **Caderno da Escola Profissional Ferroviária Coronel Durival Britto Silva.** Curitiba, 1947.

GVIRTZ, S.; LARRONDO, M. Os cadernos de classe como fonte primária de pesquisa: alcances e limites teóricos e metodológicos para sua abordagem. *In*: MIGNOT, A. C. V. (org.). **Cadernos à vista: escola, memória e cultura escrita.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2008.

LEMOS JÚNIOR, W. O ensino do canto orfeônico na escola secundária brasileira (décadas de 1930 e 1940). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 42, p. 279-295, jun. 2011. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/42/art18\\_42.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/42/art18_42.pdf). Acesso em: 07 out. 2019.

MACHADO, M. L. B. Formação profissional e modernização no Brasil (1930-1960): uma análise à luz das reflexões teórico-metodológicas de Lucie Tanguy. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 97-114, jan./mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n118/v33n118a07.pdf>. Acesso em: 23 out. 2019.

MENESES, U. B. **O objeto material como documento.** Reprodução da aula ministrada o curso Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas. IAB/CONDEPHAAT, 1980.

Disponível em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4404484/mod\\_resource/content/1/BEZERRA%20DE%20MENESES%2C%20U.%20T.%20O%20objeto%20material%20como%20documento.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4404484/mod_resource/content/1/BEZERRA%20DE%20MENESES%2C%20U.%20T.%20O%20objeto%20material%20como%20documento.pdf). Acesso em: 5 out. 2019.

OLIVEIRA, I. B. de. Aprendendo com os cadernos escolares: sujeitos, subjetividades e práticas sociais cotidianas na escola. *In*: MIGNOT, A. C. V. (org.). **Cadernos à vista: escola, memória e cultura escrita.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2008. p. 130-142.

PERES, E.; SOUZA, G. de. Aspectos teóricos-metodológicos da pesquisa sobre cultura material escolar: (im) possibilidades de investigação. CESAR, A. (org.). **Cultura material escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC, RS) – 1870/1925.** São Luís: EDUFMA: Café & Lápis, 2011.

PETUBA, R. M. S. Experiências ferroviárias na cidade de Ponta Grossa (PR) (1955-1997). **História e Perspectivas**, Uberlândia, v. 51, p. 185-217, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/28892>. Acesso em: 4 out. 2019.

RAZZINI, M. de. P. G. Instrumentos de escrita na escola elementar: tecnologias e práticas. *In*: MIGNOT, A. C. V. (org.). **Cadernos à vista: escola, memória e cultura escrita.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2008. p. 91-108.

SOUZA, R. F. de. História da cultura material escolar: um balanço inicial. *In*: BENCONSTTA, M. L. A. (org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos.** São Paulo: Cortez, 2007.

VIEIRA, A. M. D. P. A história cultural e as fontes de pesquisa. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 61, p. 367-378, mar. 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640533>. Acesso em: 10 set. 2019.

VIEIRA, A. M. D. P.; KÜSTER, E. O visível e o invisível nos cadernos escolares de uma aluna da terceira idade na EJA. **Revista Teias**, v. 19, n. 53, abr./jun. 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/33667>. Acesso em: 7 out. 2019.

VIÑAO-FRAGO, A. Os cadernos escolares como fonte histórica: aspectos metodológicos e historiográficos. *In*: MIGNOT, A. C. V. (org.). **Cadernos à vista: escola, memória e cultura escrita.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2008. p. 15-33.

YOUNG, M. Para que servem as escolas? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 5 out. 2019.



**AUTORIA:**

\* Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialização em Políticas Educacionais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Contato: rudamgandin@gmail.com

\*\* Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Professora do curso de Pedagogia e do Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Contato: alboni@alboni.com

**COMO CITAR ABNT:**

GANDIN, R. M.; VIEIRA, A. M. D. P. Cadernos escolares: fragmentos do projeto educacional da rede de viação Paraná-Santa Catarina, na década de 1940. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 21, p. 1-17, 2021. DOI: 10.20396/rho.v21i00.8657394. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8657394>. Acesso em: 1 jun. 2021.

**Notas**

---

<sup>1</sup> Declaram os autores que, para a realização da investigação, todos os procedimentos concernentes à ética em pesquisa na área da educação foram observados.